

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 31/2023, em que é recorrente **Éder de Jesus Tavares Duarte** e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 152/2023

(Autos de Amparo 31/2023, Éder de Jesus Tavares Duarte v. STJ, Não-Admissão por Não-Atributibilidade de Condutas Impugnadas ao órgão judicial recorrido)

I. Relatório

1. O Senhor Éder de Jesus Tavares Duarte, interpôs recurso de amparo impugnando o *Acórdão STJ 172/2023, de 27 de julho*, sumarizando-se da seguinte forma os argumentos que foram apresentados a esta Corte Constitucional para o efeito:

1.1. Identifica como entidade recorrida, violadora dos direitos, liberdades e garantias de sua titularidade, o Supremo Tribunal de Justiça, porque, não obstante o que ele diz ser a prática de atos que evidenciam violação de direitos, liberdades e garantias, assim como nulidade insanável, alegadamente praticados pelo Juízo Crime do Tribunal de Comarca do Tarrafal, indeferiu o seu pedido de *habeas corpus*.

1.2. Isto, porque,

1.2.1. Foi detido na sequência de prolação de mandado de detenção fora do flagrante delito pelo Procurador da República em exercício junto à Procuradoria da Comarca do Tarrafal;

1.2.2. Tendo sido submetido a primeiro interrogatório judicial foi-lhe aplicada a medida de coação de prisão preventiva;

1.2.3. Inconformado, no dia 12 de janeiro de 2023, constituiu advogado através de outorga de procuração forense, não obstante já tê-lo feito anteriormente mediante declaração para a ata no primeiro interrogatório judicial de arguido detido, e interpôs recurso para o Tribunal da Relação de Sotavento (TRS).

1.2.4. No dia 14 de março de 2022 o seu mandatário viria a ser notificado do despacho judicial de admissão do recurso ordinário por ele interposto. Todavia, ao ter mais tarde solicitado informações sobre o mesmo junto à secretaria do TRS, por via telefónica ser-lhe-ia informado que não se havia encontrado naquela secretaria qualquer registo de recurso em nome de Éder de Jesus Tavares Duarte (Doc. III);

1.2.5. Já na instância onde intentou a providência de *habeas corpus* – o Supremo Tribunal de Justiça – através da resposta apresentada pelo Juízo Crime do Tribunal Judicial da Comarca do Tarrafal, diz ter vindo a saber que não teria sido dado qualquer encaminhamento ao seu recurso;

1.2.6. Alega que foi totalmente ignorada a sua pretensão legítima de requerer e obter tutela jurisdicional efetiva dos seus direitos, tanto mais que coarguidos no mesmo processo teriam interposto recurso para o TRS e a decisão já lhe teria sido notificada, como se pode inferir do Acórdão 73/2023 (Doc. IV);

1.2.7. Defende que sete meses é um tempo sobejamente desproporcional e irrazoável, estando em causa a salvaguarda de direitos e interesses legalmente protegidos de arguido preso, como sucede na presente situação, tendo em conta o disposto na parte final do n.º 3 [terá querido dizer n.º 4] do artigo 137 do CPP que prescreve a prática imediata e com preferência sobre qualquer outro serviço.

1.2.8. Além do mais, por se tratar de recurso interposto contra aplicação de medida de coação, estranha a excessiva “delonga” na execução do despacho de subida tendo em conta que, segundo o disposto na alínea b) do artigo 446 do CPP, esse recurso seria de subida imediata e nos próprios autos.

1.3. Alega ainda não ter sido auscultado em audição prévia antes de ter sido deduzida a acusação porque, a seu ver, não tendo sido o advogado constituído notificado

para o assistir nesse ato em específico, ainda que por mera hipótese académica pudesse ser assistido por defensor oficioso, isso só seria admissível se, após ter sido notificado o advogado constituído para o efeito, este não tivesse comparecido ao referido ato.

1.3.1. Que, assim sendo, a nomeação de defensor oficioso e o ato praticado por este deveria ser declarado sem nenhum efeito, por se tratar de nomeação irregular, segundo o prescrito no nº 3 do artigo 78 e no artigo 171 do CPP e nos números 3 e 4 do artigo 35 da CRCV;

1.3.2. Acrescenta que a não audição prévia do arguido constitui nulidade insanável nos termos da alínea k) do artigo 151 do CPP, o que requer para todos os efeitos legais;

1.3.3. Perante a situação que diz ser de violação dos seus direitos, liberdades e garantias, interpôs providência de *habeas corpus*, a qual foi indeferida pelo Supremo tribunal de Justiça, tendo sido notificado da decisão a 2 de agosto de 2023;

1.3.4. Entende por isso que foi violado o seu direito de acesso à justiça e de obter em prazo razoável e mediante processo equitativo a tutela dos seus direitos ou interesses legalmente protegidos (nº 1 do art.º 22 da CRCV), o direito à liberdade (art.º 30 da CRCV), assim como o princípio de igualdade (art.º 24 da CRCV), o princípio da garantia da ampla defesa (nºs 3 e 4 do art.º 35 da CRCV) e o princípio do contraditório (nº 6 do art.º 35 da CRCV).

1.4. Termina o seu arrazoadado requerendo que lhe seja concedido amparo constitucional e em consequência seja restituído à liberdade.

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12 da Lei n.º 109/IV/94 de 24 de outubro, foram os autos com vista ao Ministério Público para emissão de parecer sobre a admissibilidade do recurso tendo-o feito S. Excia. o Sr. Procurador-Geral Adjunto, o qual articulou os seguintes argumentos:

2.1. O recurso mostra-se tempestivo porque apresentado dentro do prazo de vinte dias previsto no nº 1 do artigo 5º da Lei do Amparo, contado segundo o previsto no Código de Processo Civil.

2.2. O requerimento parece cumprir as disposições dos artigos 7º e 8º da Lei do Amparo, com exceção do disposto no nº 2 do artigo 8º, na medida em que lhe parece que o pedido não obedeceria ao requisito de assertividade imposto por essa disposição;

2.3. O requerente parece pedir que seja alterado o *Acórdão STJ 172/023, de 2 de agosto*, e a decisão do Juízo Crime do Tribunal da Comarca do Tarrafal, mas não lhe parece que alterar decisões judiciais integrariam as finalidades cabíveis a um recurso de amparo constitucional, tendo em conta o previsto no artigo 25 da Lei do Amparo, nomeadamente, no seu nº 1.

2.4. Deveria, por isso, o requerimento ser aperfeiçoado pelo requerente, de modo a clarificar os termos do pedido e a sua concreta pretensão de amparo constitucional.

2.5. Além disso, o requerente parecia ter legitimidade para recorrer, teriam sido esgotadas as vias ordinárias de recurso e os direitos fundamentais cuja violação imputa ao órgão recorrido constituíam direitos, liberdades e garantias reconhecidos na Constituição como suscetíveis de amparo, além de não lhe constar que o Tribunal Constitucional já tenha rejeitado, por decisão transitada em julgado, um recurso substancialmente igual.

2.6. É de parecer que o recurso interposto preencheria os pressupostos de admissibilidade do artigo 16 da Lei do Amparo, desde que o recorrente aperfeiçoasse o seu requerimento clarificando os termos do pedido e a sua concreta pretensão de amparo constitucional.

3. Marcada sessão de julgamento para o dia 31 de agosto, nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC, dela decorrendo a decisão que se segue acompanhada dos fundamentos articulados *infra*.

II. Fundamentação

1. Do ponto de vista constitucional, o recurso de amparo é concebido como um direito fundamental de “requerer ao Tribunal (...) a tutela de (...) direitos, liberdades e garantias, constitucionalmente reconhecidos”, e também como um meio “de tutela de

direitos, liberdades e garantias”, consagrando-se a sua dupla-natureza subjetiva e objetiva.

1.1. Direito este que é delimitado materialmente, na medida em que destinado à proteção direta de apenas uma das três categorias de direitos fundamentais previstas pela Lei Fundamental. Seriam os denominados direitos, liberdades e garantias, tanto os individuais, como os de participação política e de exercício da cidadania e, arguivelmente, os dos trabalhadores. É verdade que se estende para recobrir os direitos análogos a direitos liberdades e garantias ou que portem características específicas com dimensões individuais e civis como, respetivamente, os direitos de proteção judiciária (*Acórdão 6/2017, de 21 de abril, Maria de Lurdes v. STJ, sobre pedido de desistência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 898-903, 5; *Acórdão 9/2017, de 8 de junho, Martiniano Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 925-929, e); *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); *Acórdão 24/2017, de 9 de novembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 78, 22 de dezembro de 2017, pp. 1692-1698, e); *Acórdão 12/2018, de 7 de junho, CIMA v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, Decisão de admissibilidade, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, b; *Acórdão 16/2018, de 28 de julho, Luigi Zirpoli v. TJCP*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1298-1302, e); *Acórdão 17/2018, de 26 de julho, Amândio Vicente v. TRS*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 51, 3 de agosto de 2018, pp. 1328-1333, e); *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre o direito de acesso aos tribunais*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 2; *Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 13 de março de 2019, pp. 480-486, e); *Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, p. 36-42, 2.1) e o direito à propriedade privada (*Acórdão 30/2019, de 30 de agosto, Atlantic Global Asset Management v. PGR, sobre violação do direito à propriedade privada, da garantia de*

juiz, da iniciativa privada e dos direitos à defesa, ao contraditório e de acesso às provas da acusação, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1766-1789); ou ainda para situações que envolvam camadas de proteção essenciais que remetam a certos direitos, liberdades e garantias como a vida ou a integridade pessoal. Porém, fora desses casos, com a tendencial não-inclusão dos direitos económicos, sociais e culturais e dos direitos de grupos vulneráveis que não portem características de direitos, liberdades e garantias, e também de princípios constitucionais objetivos, como, em diversos momentos, este Tribunal já decidiu (*Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 20.1; *Acórdão 29/2017, de 5 de dezembro, Ovídio de Pina v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 1 de fevereiro de 2018, pp. 75-93, 20.1; *Acórdão 06/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, de 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 2; *Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, 2.1.1). Por conseguinte, trata-se de um recurso especialmente desenhado para proteger uma categoria especial de direitos que goza de regime de tutela mais intenso: os direitos, liberdades e garantias.

1.2. E que fica processualmente condicionado ao esgotamento das vias ordinárias de recurso, opção da qual resulta um figurino constitucional que produz diversos efeitos.

1.2.1. Desde logo, a conceção de que todos os tribunais cabo-verdianos são tribunais de proteção de direitos, nos termos da sua respetiva jurisdição, cabendo efetivar essa tutela através dos processos ordinários desenhados pela lei, dos processos especiais previstos pela Constituição como o *Habeas Corpus* ou o recurso contencioso administrativo, ou daqueles que venham a ser definidos pelo legislador, nos termos do artigo 22, parágrafo sexto, segundo o qual “[p]ara a defesa dos direitos, liberdades e garantias individuais, a lei estabelece procedimentos judiciais céleres e prioritários que

asseguem a tutela efetiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses mesmos direitos, liberdades e garantias” (*Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, 5.1.3).

1.2.2. E, em consequência, a subsidiariedade do recurso de amparo, recurso constitucional de natureza especial, ao qual só se pode lançar mão, depois de se explorar os mecanismos que correm perante os tribunais ordinários para que estes possam conhecer e garantir a tutela desses mesmos direitos.

1.3. E caracterizado pelo seu informalismo, urgência e sumariedade, conforme decorre da alínea b) do artigo 20, segundo a qual ele “pode ser requerido em simples petição, tem caráter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade”.

1.4. Por conseguinte, está-se perante um direito fundamental e um recurso constitucional desenhado especialmente para a proteção de direitos, liberdades e garantias, que pode ser utilizado subsidiariamente quando os meios ordinários de tutela de direitos que correm os seus trâmites perante os tribunais judiciais ou outros, a existirem, falham. Tais características impõem que a própria lei de processo constitucional que desenvolve os procedimentos atinentes ao recurso de amparo seja interpretada como uma lei restritiva de direito cujo figurino básico se deve manter dentro dos confins dos números 4 e 5 do artigo 17 da Constituição, ainda que parte do regime possa ser legitimamente fixado pelo legislador em razão da remissão à lei (“nos termos da lei”), desde que não se atinja de modo ilegítimo as características essenciais do instituto impostas pelo próprio dispositivo constitucional (“e com observância [obrigatória, diga-se] do disposto nas alíneas seguintes (...)).

2. As exigências da peça de recurso de amparo são as consagradas nos artigos 7º e 8º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os quais impõem, respetivamente, que:

2.1. A petição seja:

2.1.1. Interposta através de simples requerimento, com indicação expressa de que o recurso tem a natureza de amparo;

2.1.2. Devidamente fundamentada; e

2.1.3. Entregue na Secretaria do Tribunal Constitucional.

2.2. Quanto ao que a lei designa de “fundamentação do recurso”, exige-se que o recorrente, através da peça,

2.2.1. Identifique a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão, bem como os interessados a que o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

2.2.2. Indique com precisão “o ato, facto ou a omissão” que, na sua opinião, violou os seus direitos amparáveis;

2.2.3. Indique com clareza quais deles terão sido vulnerados, “com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados”;

2.2.4. Exponha resumidamente as razões de facto que fundamentam o pedido, bem como “formul[e] conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição”;

2.2.5. Esta deverá “terminar com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias violados”, devendo vir acompanhada dos “documentos que julgar pertinentes e necessários para a procedência do pedido”.

2.3. O objeto dessas disposições é determinar o modo de interposição e definir a estrutura da peça processual, de tal sorte que, de forma célere e simplificada, se permita ao Tribunal Constitucional identificar os elementos constitutivos da súplica para que possa decidir sobre a sua admissibilidade, sobre eventuais medidas provisórias aplicáveis e, subsequentemente, sobre o seu mérito.

2.3.1. De um lado, através da facilitação do acesso a esses elementos que decorreriam do modo de organização da peça e da entrega direta no Tribunal Constitucional;

2.3.2. Do outro, pelo facto de se impor um determinado conteúdo à mesma, na medida em que, do ponto de vista do número 1 do artigo 8º, primeiro, remete-se, através das alíneas a) e b); para a identificação das condutas lesivas (“ato, facto ou a omissão”) e para o órgão do poder público ao qual podem ser imputadas (“a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão”); segundo, por meio da alínea c), aos direitos, liberdades e garantias vulnerados por aquelas (“indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais”) e às disposições onde estariam alojados ou os princípios de onde podem ser inferidos (“com a expressa menção das normas ou princípios constitucionais que entendem terem sido violados”); terceiro, nos termos do número 2 da mesma disposição, à explicitação do amparo que se pretende para se remediar a eventual lesão (“a petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados”). A argamassa que ligaria esses três elementos decorreria dos fundamentos de facto e de direito que justificam a petição, como também se impõe apresentar, conforme o disposto nas alíneas d) e e) do parágrafo primeiro da primeira disposição;

2.3.3. A regra é que, do ponto de vista da articulação da petição de amparo, deve haver o estabelecimento de uma ligação lógica entre cada conduta impugnada, as posições jurídicas decorrentes do(s) direito(s) que ela vulnera e o amparo adequado para a remediar através da fundamentação. O que se tem verificado até agora é que na maior parte dos casos, isso é muito deficientemente articulado, lançando-se para a peça de recurso, sem grande precisão e racionalização, uma pluralidade de condutas a que globalmente se imputam violações de um conjunto diversificado de direitos, e remetendo-se para amparos genéricos ou impossíveis. O Tribunal Constitucional desde o *Acórdão 10/2017, de 8 de junho, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 929-933, b), tem tolerado a interposição de vários amparos que não cumprem essas exigências qualitativas, considerando que a disposição deve ser lida sempre de forma compatível ao direito constitucional ao amparo, no sentido de que “mais importante que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe

e se requer”. Mas, a duras penas, considerando a grande dificuldade que se tem para se compreender o que se impugna, o que se pede e os fundamentos que suportam as petições. A Corte Constitucional continuará – transitoriamente – aberta a privilegiar as admissibilidades, suprindo ela própria, eventuais deficiências das peças, mas, depois de vários anos de prática do amparo em Cabo Verde, é preciso entrar numa nova fase mais exigente, sustentada numa melhor qualificação.

2.3.4. Na presente situação, o recorrente apresentou a sua peça na secretaria deste Tribunal, indicando expressamente que se trata de um recurso de amparo e integrou um segmento conclusivo resumindo por artigos os fundamentos de facto e de direito que suportam os seus pedidos. Não obstante se exigir uma maior densificação da argumentação referente à ligação entre as condutas que impugna, a sua imputabilidade ao órgão judicial recorrido e a explicitação do modo como viola os direitos que invoca e qual o exato amparo que pretende lhe seja outorgado, a petição, no limite, corresponde às exigências mínimas previstas pela lei, permitindo a esta Corte apurar as suas intenções e as pretensões que querem fazer valer em juízo;

2.3.5. O mesmo já não se pode dizer da instrução do recurso, posto resultar evidente que documentos mencionados que seriam importantes para se verificar a presença de dois pressupostos de admissibilidade, nomeadamente o esgotamento das vias legais de proteção dos direitos e a suscitação tempestiva da putativa lesão, estão em falta. Porém, não sendo determinantes neste caso, na medida em que o recorrente não preenche sequer os critérios de admissibilidade que os precedem, não será necessário adotar um acórdão de aperfeiçoamento para que eles sejam carreados para os autos.

2.3.6. Mais especificamente, dispondo a Constituição que a tramitação do amparo deve ser baseada no princípio da celeridade, as condições para tanto devem começar a ser criadas pelos próprios jurisdicionados apresentando devidamente as suas peças, calibrando a extensão da sua argumentação, precisando os elementos nucleares do recurso em termos de identificação de conduta atribuível a poder público, indicação dos parâmetros de escrutínio e definição do amparo pretendido, a tríade que compõe a estrutura vital deste recurso. Sendo certo que em relação aos derradeiros, a legislação de processo constitucional aplicável – neste caso, o artigo 24, parágrafo segundo, da Lei do Amparo e do *Habeas Data* – permite a esta Corte suprir deficiências de indicação de

parâmetros e amparos, além de ser um risco que, desnecessariamente, o recorrente não deve assumir, posto que se trata de ato discricionário do Tribunal (note-se, num caso e no outro, a utilização da expressão “pode”) – que utilizará quando entender justificado e conveniente – isso, a) consome sempre muito mais tempo; b) desvia a atenção individual dos juízes de outros aspetos da aferição de admissibilidade; c) aumenta a carga de esforço do Coletivo em arbitrar ele próprio parâmetros e amparos. E, d), no mínimo, pode resultar no adiamento da apreciação do pedido de amparo, se não na sua inadmissão.

2.4. Sendo assim, todos os requisitos da peça estão presentes, considerando o Tribunal ter todos os elementos necessários a verificar se o recurso é admissível, sem a necessidade de emitir qualquer decisão de aperfeiçoamento.

3. No essencial, consegue-se depreender as condutas que pretende impugnar e a entidade que as terá empreendido, os direitos que entende terem sido violados e, genericamente, intui-se o amparo último que almeja obter, aspetos que serão avaliados adiante, se for necessário.:

3.1. Isso porque atribui a dois factos a lesão dos seus direitos:

3.1.1. O facto de o Tribunal Judicial da Comarca do Tarrafal não ter executado dentro do prazo despacho de subida de recurso ordinário que interpôs contra decisão que lhe aplicou uma medida de coação de prisão preventiva;

3.1.2. O facto de o Tribunal Judicial da Comarca do Tarrafal não ter notificado o advogado que constituiu para o assistir em sede de audiência prévia preliminar à prolação da acusação pública. O que teria;

3.2. Lesado o seu direito de acesso à justiça e de obter em prazo razoável e mediante processo equitativo a tutela dos seus direitos ou interesses legalmente protegidos (nº 1 do art.º 22 da CRCV), o direito à liberdade (art.º 30 da CRCV), assim como o princípio de igualdade (art.º 24 da CRCV), o princípio da garantia da ampla defesa (nºs 3 e 4 do art.º 35 da CRCV) e o princípio do contraditório (nº 6 do art.º 35 da CRCV).

3.3. Justificando a concessão de amparo de restituição à liberdade.

4. Antes de prosseguir, cuida o Tribunal de verificar se os pressupostos gerais de admissibilidade se encontram preenchidos, caso seja necessário, ressaltando-se que:

4.1. Por força do artigo 20, parágrafo primeiro, da Constituição da República, e do artigo 18, alínea a) da Lei de Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional, é evidente que este tribunal é competente em razão da matéria, considerando que se imputa ao órgão judicial recorrido a violação de direito, liberdade e garantia;

4.2. O recorrente, na medida em que, nos termos do artigo 20, parágrafo primeiro, se arrogue ser titular de posição jurídica com essa natureza, e de, conforme a parte final do número 1 do artigo 4º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, ser pessoa direta, atual e efetivamente passível de ser afetada pelas condutas impugnadas, que encontrando-se privado da sua liberdade em estabelecimento penitenciário, possui legitimidade processual ativa, o mesmo ocorrendo, em abstrato, no polo passivo, com as entidades recorridas que terão praticados ato aos quais se imputa a lesão dos direitos nos termos da orientação geral (v. *Acórdão 29/2021, de 3 de junho, António Veiga e Outros v. PGR*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 88, 16 de setembro de 2021, pp. 2264-2270, c)).

4.3. Por fim, tratando-se de recurso referente a questão suscitada em processo que corre os seus termos nos tribunais regulado pelo artigo 5º, parágrafo primeiro, o prazo de interposição é de vinte dias contados da data de notificação da decisão que se recusou a reparar a violação praticada, e por força do artigo 1º da Lei do Amparo e do artigo 50 da Lei do Tribunal Constitucional, com suspensão de contagem aos sábados, domingos e feriados, conforme remissão para o Código de Processo Civil.

4.3.1. No caso *sub judice*, através do seu mandatário, o recorrente foi notificado do *Acórdão 172/2023, de 27 de julho*, no dia 28 de julho de 2023 – neste caso, o despacho que decidiu o pedido de correção de erro material, notificado ao recorrente no dia 2 de agosto do mesmo ano não é relevante;

4.3.2. Tendo o recurso dado entrada no dia 7 de agosto, não há qualquer dúvida de que foi protocolado oportunamente.

5. A construção adequada da peça ou o seu aperfeiçoamento permitem que o Tribunal Constitucional, antes de tudo, consiga identificar o centro nevralgico do escrutínio de amparo – a conduta impugnada – que se constituirá no objeto do recurso. Podendo materializar-se tanto num ato, como numa omissão, a conduta corresponde a um comportamento de uma entidade à qual se imputa a vulneração de um direito, liberdade e garantia. É a isso que se refere tanto o artigo 20 da Lei Fundamental quando remete à “tutela dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais (...)”, como o artigo 2º da Lei do Amparo, quando se refere à “prática de factos ou à omissão de atos ou factos”. Isso desde que em relação aos atos, nos termos do artigo 2º, número 3, da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, estes não assumam natureza legislativa ou normativa, devendo o Tribunal Constitucional recusar qualquer impugnação que ataque diretamente norma constante de dispositivo legal ou equiparado, como, de resto, tem feito ao recusar-se a admitir recursos de amparo que impugnem normas (*Acórdão 35/2019, de 18 de outubro, Alírio Barros v. TRS sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade por não aplicação de norma impugnada*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1813-1828, 2., *Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 2.3.4., *Acórdão 15/2017, de 26 de julho, INPS v. STJ, sobre a constitucionalidade do nº 2) do Art. 3º e o Art. 2º do DL 194/91, na interpretação que lhe foi dada pelo Presidente do STJ, no sentido de que fixa um prazo de recurso de cinco dias, independentemente de se tratar de um litígio decorrente de relação de trabalho estabelecida ou de litígio tendente à constituição de uma relação de trabalho*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, 6 de junho de 2018, pp. 844-856 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. IV, INCV, 2018 (2017), pp. 137-176, 2.2.1, *Acórdão nº 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre a violação do direito de acesso aos tribunais por decisão de deserção de recurso*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 5. e 6, *Acórdão 29/2019, de 30 de julho, Arlindo Teixeira vs. STJ, referente à norma prevista pelo número 1 do artigo 2 da Lei nº 84/VI/2005, referente ao princípio da realização de audiências públicas nos tribunais e da garantia de audiência pública em processo criminal, bem como as garantias a um*

processo equitativo, ao contraditório e à ampla defesa, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 24 de setembro de 2023, pp. 1618-1653, 3.2, e *Acórdão 39/2022, de 28 de outubro, Tecnicil Imobiliária e Alfredo de Carvalho v. PGR*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, pp. 42-49, ii), estabelecendo claramente a distinção entre o objeto de recursos de amparo e o objeto de recursos de fiscalização concreta da constitucionalidade. Na medida em que a aplicação de qualquer ato normativo poderá ser impugnada através deste último recurso constitucional dificilmente se pode considerar o dispositivo legal que exclui do objeto do recurso de amparo atos públicos como portador de um vício de inconstitucionalidade.

5.1. No caso concreto, o recorrente apresenta várias condutas, nomeadamente

5.1.1. O facto de o Tribunal Judicial da Comarca do Tarrafal não ter executado dentro do prazo despacho de subida de recurso ordinário que interpôs contra decisão que lhe aplicou uma medida de coação de prisão preventiva;

5.1.2. O facto de o Tribunal Judicial da Comarca do Tarrafal não ter notificado o advogado que constituiu para o assistir em sede de audiência prévia preliminar à prolação da acusação pública.

5.2. Não comportando as mesmas natureza normativa, dá-se por preenchida essa imposição legal que fixa o próprio objeto do recurso, caso ele seja admitido.

6. E, além disso, é determinante para se identificar os direitos potencialmente atingidos pela conduta lesiva, uma etapa essencial para se verificar se a conduta em causa é passível de ser amparada, do que depende, de uma parte, de estar em causa posição jurídica dependente de direito, liberdade ou garantia ou direito que se pode beneficiar do regime de proteção desta categoria de direitos, e, da outra, de, em potência, ser ato que pode ser diretamente atribuível ao órgão judicial recorrido por este poder ter responsabilidade direta, imediata e necessária na sua violação, portanto de esta poder ser-lhe imputável de alguma forma.

6.1. No caso concreto, o recorrente refere-se a lesões ao direito de acesso à justiça e de obter em prazo razoável e mediante processo equitativo a tutela dos seus direitos ou

interesses legalmente protegidos e o direito à liberdade, consagrados n.º 1 do art.º 22 e art.º 30 da Constituição da República de Cabo Verde.

6.1.1. Daí, dar-se por preenchida essa exigência formal incontornável, seja pela sua localização sistemática, seja por serem considerados direitos, liberdades e garantias.

6.1.2. Assim, dúvidas não persistirão de que se está perante direitos, liberdades e garantias fundamentais amparáveis.

6.2. A determinação final da ocorrência de violação imputável ao órgão judicial recorrido é feita na fase de mérito. No momento de avaliação da presença dos pressupostos e requisitos de admissibilidade basta que o Tribunal avalie a possibilidade racional e abstrata de a conduta impugnada ser suscetível de ter sido praticada direta, imediata e necessariamente pela entidade recorrida.

6.2.1. No caso em apreço, nenhuma das condutas que impugna é imputável ao Egrégio Supremo Tribunal de Justiça, o órgão judicial recorrido. Na medida em que não praticou, nem endossou o que supostamente terá sido feito pelo Juízo Crime do Tribunal Judicial da Comarca do Tarrafal, o único órgão judicial aos quais elas poderiam ser atribuídas. Na verdade, esse Alto Tribunal até pronunciou-se no sentido de que as omissões de atuação do órgão judicial de instância seriam de se deplorar, arrematando que “os argumentos apresentados pelo requerente, claramente, não se enquadram neste e nem em qualquer outro dos motivos da providência de *habeas corpus* que, como já bastas vezes decidido, não se destina à sindicância de falhas processuais, quando não reconduzíveis a uma prisão ostensivamente ilegal, e nem a lograr a reapreciação mais expedita de decisões judiciais, quando proferidas por entidades competentes e em conformidade com os preceitos legais vigentes sendo que, para situações em que se discute a existência de falhas procedimentais, da justeza ou a adequação destas decisões, quando não feridas de manifesta ilegalidade, o mecanismo processual adequado de reação é o recurso ordinário”. Completando com argumentação segundo a qual “o *habeas corpus* não pode ser visto como um sucedâneo mais expedito do recurso de amparo ordinário, sendo uma providência urgente que, pelo escopo a que se destina, o de fazer face a situações de gravidade extrema, estacando situações de prisão manifestamente ilegal, demanda uma especial celeridade na tramitação, incompatível com a prévia exaustão das

condicionantes do recurso ordinário”. Assim, concluiu que “os aspectos que o requerente traz à consideração desta Instância, e que se prendem com o atraso na subida dos autos de recurso do Tribunal da Relação, a não notificação do defensor constituído para assistir às declarações do arguido em sede de instrução processual e a eventual irregularidade na nomeação de novo defensor do arguido, se bem que passíveis de poderem consubstanciar fundamentos de um pedido de aceleração processual e de eventuais responsabilidades disciplinares ou, mesmo, de recurso ordinário, não podem, no entanto, ser reconduzíveis ao fundamento de “prisão motivada por facto pelo qual a lei a não permite” e nem a qualquer outro daqueles taxativamente elencados no art. 18. do [CPP]. É que tais vicissitudes processuais, mormente [a] do expressivo atraso na subida dos autos de recurso do arguido preso à Relação, se bem que uma inércia processual de se deplorar, não contendem com a legalidade da prisão do arguido, e só esta, quando grave, constitui fundamento de *habeas corpus*, pensando para casos de violação ostensiva da liberdade”;

6.2.2. Por conseguinte, a única conduta relevante que poderia ser imputada ao Egrégio STJ era de, através do *Acórdão 172/2023, de 28 de julho*, ter indeferido a sua providência de *habeas corpus*, por as razões aduzidas pelo peticionante não se conduzirem a qualquer das situações descritas nas alíneas do artigo 18 do CPP;

6.2.3. A única menção que o recorrente faz que poderia indiciar que também estaria a impugnar esta conduta concreta praticada pelo Egrégio Supremo Tribunal de Justiça é quando diz que também este Alto Tribunal teria cometido violações de direitos “ao não conceder a Providência de *habeas corpus* ao requerente, não obstante a prática de atos que evidenciam violação dos direitos, liberdades e garantias e bem assim nulidade insanável, através de violação do princípio do contraditório”;

6.2.4. Porém, além de o fazer em segmento inidóneo, não consubstancia minimamente como é que se gera essa violação, além de, considerando que neste caso estar-se-ia perante uma violação originária do Supremo Tribunal de Justiça, nem alega, nem muito menos prova, que tenha pedido reparação dos direitos que este órgão judicial terá supostamente violado através de conduta a ele atribuível.

7. Como se tem considerado em outras ocasiões, a ausência de uma das condições de recorribilidade é suficiente para conduzir à inadmissão do recurso, ficando sem efeito útil

qualquer inquérito sobre a presença ou não das causas especiais de inadmissão previstas pelo artigo 16, alínea e) e f), da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, nomeadamente as de manifestamente não estar em causa violação de direitos, liberdades e garantias ou de o Tribunal já ter rejeitado, por decisão transitada em julgado, recurso com objeto substancialmente igual.

8. Através da peça de interposição do recurso o recorrente pede que sejam adotadas medidas provisórias imediatas de restituição da sua liberdade:

8.1. Alegando

8.1.1. Ser arguido de “tenra idade” e estudante do 10º Ano de Escolaridade;

8.1.2. Que a demora na prolação da decisão final deste recurso de amparo poderá acarretar prejuízos irreparáveis para o recorrente e por arrastamento para toda a família;

8.1.3. Haveria sinais evidentes de violação dos seus direitos, liberdades e garantias constitucionalmente consagrados.

8.2. Um pedido de decretação de medida provisória em que o recorrente alega ter “tenra idade” e frequentar o “10º Ano de Escolaridade” e não se entrega um único documento de prova e em que não se articula nenhum argumento para se tentar afastar a existência dos efeitos de perturbação de interesses gerais, da ordem ou da tranquilidade públicas ou de direitos de terceiros, nos termos do artigo 14, alínea a), da LAHD, por si só não teria grande margem para prosperar como medida provisória urgente;

8.3. Contudo, não é necessário discutir esta questão porque, a este respeito, o Tribunal já havia fixado orientação no sentido de que existe uma relação indissociável e instrumental entre o amparo destinado a remediar situações de violação de direitos, liberdades e garantias e as medidas provisórias requeridas no âmbito dos mesmos autos (*Acórdão 08/2019, de 14 de fevereiro, João Baptista Delgado v. TJCP*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 29, de 14 de março de 2019, pp. 509-511, II.).

8.4. A mesma orientação foi adotada, sem qualquer desvio, pelos seguintes arestos: *Acórdão 21/2018, de 16 de outubro, Cleidir Semedo v. Diretor da Cadeia Central da Praia e Ministra da Justiça*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 68, de 25 de outubro de 2018, pp. 1648-1655; *Acórdão 04/2019, de 24 de janeiro, Eduina Ferreira v. Tribunal Judicial da Comarca do Paul*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, de 13 de março de 2019, pp. 484-490, d); *Acórdão 22/2019, de 27 de junho, Elton Dias v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 79, de 22 de julho de 2019, pp. 1227-1232, d); *Acórdão 40/2019, de 11 de outubro, António Veiga e Outros v. PGR*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, de 14 de janeiro de 2020, pp. 121-131, d); *Acórdão 44/2019, de 20 de dezembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, de 14 de janeiro de 2020, pp. 151-155, d); *Acórdão 26/2020, de 09 de julho, Vanda de Oliveira v. TJCSV*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 139, de 23 de dezembro de 2020, pp. 2152-2157; *Acórdão 28/2020, de 24 de julho, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 139, de 23 de dezembro de 2020, pp. 2168-2172, d); *Acórdão 57/2020, de 27 de dezembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 16, de 12 de fevereiro de 2021, pp. 565-573, d); *Acórdão 29/2021, de 03 de junho, António Veiga e Outros v. PGR*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim oficial* N. 88, de 16 de setembro, pp. 2264-2270, d); *Acórdão 34/2021, de 11 de junho de 2021, Anilson Silva v. CSMJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim oficial* N. 88, de 16 de setembro, pp. 2299-2305, d); *Acórdão 40/2021, de 14 de setembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, de 15 de outubro de 2021, pp. 2571-2579, III; *Acórdão 41/2021, de 14 de setembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, de 15 de outubro de 2021, pp. 2580-2590, III; *Acórdão 45/2021, de 06 de 22 outubro, Amadeu Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, de 15 de outubro de 2021, pp. 2604-2610, III, *Acórdão 51/2021, de 25 novembro, Pedro Veiga v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 5, de 17 de janeiro de 2022, pp. 95-99, III, *Acórdão 56/2021, de 06 de dezembro, Ognochukwo Barros v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 5, de 17 de janeiro de 2022, pp. 121-126, III.; *Acórdão 12/2022, de 8 de março, António Monteiro v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 30, de 5 de abril de 2022, pp. 909-916, III.; *Acórdão 18/2022,*

de 19 de abril, *Ivan Jorge Fernandes v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 65, de 1 de julho de 2022, pp. 1590-1596, III; e Acórdão 39/2022, de 28 de outubro, *Tecnicil Imobiliária v. PGR*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, de 5 de janeiro de 2023, pp. 42-49, III.

8.5. Do que decorre que a não-admissão do recurso de amparo, prejudica a avaliação do pedido de decretação de medida provisória, o qual, em tais casos, deve ser, sem mais, liminarmente rejeitado.

III. Decisão

Pelo exposto, os juízes do Tribunal Constitucional reunidos em plenário decidem não admitir o recurso de amparo, ordenando o seu arquivamento, e negar a concessão de medida provisória.

Registe, notifique e publique.

Praia, 04 de setembro de 2023

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

João Pinto Smedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 04 de setembro de 2023.

O Secretário,

João Borges